

ANÁLISE COMPARATIVA: O RELATÓRIO DELORS COMO BASE DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO

Larissa Prestes Silva

Liliana Grubel Nogueira

Talyta Rafaela Barros

(Universidade Estadual de Maringá – CRV)

Resumo: Com o advento do início do século XXI a educação se tornou um dos principais valores a serem estimados pela sociedade. Suas práticas, métodos, disciplinas e importância para o desenvolvimento do homem enquanto cidadão vem sendo cada vez mais discutidas, tanto nas universidades quanto fora delas. Nosso intuito ao desenvolver esse artigo é fazer uma análise comparativa do texto que serve como base para o “Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o Século XXI” (1996), escrito e organizado pelo político francês Jacques Delors, e a partir disso buscar compreender como esse relatório influenciou a ideia que serve como mola propulsora para que os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) fossem redigidos no ano 2000. E por fim fazer um paralelo dessas ideias com as do autor Pascal Bernadin em sua obra “Maquiavel Pedagogo ou o Ministério da Reforma Psicológica” (2013). Com isso acreditamos ser possível demonstrar como as bases para o desenvolvimento da educação no Brasil se firmam principalmente em pressupostos de cunho mundial.

Palavras-chave: Educação; UNESCO; Delors.

Introdução

A educação e a sua importância para o desenvolvimento de determinada sociedade, vem se tornando gradativamente o principal tema de discussões, tanto no meio acadêmico quanto fora dele. Com o advento do início do século XXI, o processo educativo, desde a educação básica até a superior, se tornou o assunto mais comentado e o bem mais estimado por nações que tenham como objetivo formar cidadãos capazes de exercer os seus direitos e de contribuir para o desenvolvimento de seus países.

No Brasil, o tema da educação vem se tornando um valor social altamente considerado pela grande maioria somente na atualidade, entretanto, já no século XIX uma pequena fatia da população, especialmente aquela que forma o conjunto das instituições governamentais, via esse tema como um meio de disseminar ideias que ajudassem a constituir e firmar uma “identidade nacional”. Circe Maria Fernandes Bittencourt trata sobre isso ao dizer que:

(...) a partir da década de 70 do século XIX, sua importância (da educação) foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma “história nacional” e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma “identidade nacional”. Esse objetivo sempre permeou o ensino da História para os alunos de “primeiras letras” e ainda está presente na organização curricular do século XXI. Métodos e conteúdos foram sendo organizados e reelaborados a fim de atingir esse objetivo maior. (BITTENCOURT, 2004, p. 60).

Sendo assim, a educação no século XIX já era vista como assunto importante, e a partir do fim da escravidão no país e do aumento do contingente de imigrantes, a escola acaba se legitimando como um dos estágios pelo qual os indivíduos devem passar para que adquiram a sua cidadania (2004).

Desde então, o tema da educação vem ganhando cada vez mais força no Brasil, sendo utilizado sempre como um meio de atingir algum objetivo maior, desde a cidadania até a competência intelectual para o mercado de trabalho. E antes mesmo do início do século XXI, vemos como a UNESCO pensa esse assunto e lança as bases para que o mesmo seja desenvolvido em diversas nações.

A UNESCO e as bases para o desenvolvimento da educação no século XXI

A UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) foi fundada no ano de 1945 com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento da paz entre as nações através da cooperação intelectual. Nosso foco aqui é demonstrar como o “Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI” influenciou de forma direta a organização dos “Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio” (PCNEM).

O “Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI” foi organizado no ano de 1996 pelo político francês Jacques Delors e foi intitulado de: “Educação, um Tesouro a Descobrir”, sendo publicado no Brasil somente em

julho de 2010. As premissas básicas que norteiam todo o desenvolvimento dessa obra são explicadas pelo próprio Delors no início da obra, aonde o mesmo fala que:

Perante os múltiplos desafios suscitados pelo futuro, a educação surge como um trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. No desfecho de seus trabalhos, a Comissão faz questão de afirmar sua fé no papel essencial da educação para o desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades: não como um remédio milagroso, menos ainda como um “abra-te sésamo” de um mundo que tivesse realizado todos os seus ideais, mas como uma via – certamente entre outros caminhos, embora mais eficaz – a serviço de um desenvolvimento humano mais harmonioso e autêntico, de modo a contribuir para a diminuição da pobreza, da exclusão social, das incompreensões, das opressões, das guerras... (DELORS et al, 2010, p. 5).

Nas duas últimas linhas, Delors demonstra o seu intuito (e da UNESCO) de utilizar a educação como um meio de apaziguar desigualdades e demais males que podem vir a afligir determinada nação, e já nos “Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio” (PCNEM), publicado no ano de 2000, podemos perceber como essa ideia é abstraída e incorporada quando o mesmo traz a ideia de que “a garantia de que todos desenvolvam e ampliem as suas capacidades é indispensável para se combater a dualização da sociedade, que gera desigualdades cada vez maiores.” (PCNEM, 2000, p. 11.).

O “Relatório Delors” demonstra de forma clara seu objetivo de empreender uma reforma educacional que vise transformar a educação em um valor do bem comum, disponível para todos os setores da sociedade e que se adapte ao meio tecnológico cada vez mais em voga na atualidade. É com a educação que a UNESCO acredita ser possível vencer as desigualdades, primar pelo respeito com o outro e desenvolver nações.

Sendo assim, “Um tesouro a descobrir” demonstra que a educação não pode ser vista como um instrumento utilizado somente com a finalidade de inserir indivíduos no mercado de trabalho, antes de tudo é preciso ver que a mesma constitui-se como um “tesouro para toda a vida”, pois dá a possibilidade de formar homens e mulheres cada vez mais aptos para conviver na sociedade atual:

O conceito de educação ao longo da vida é a chave que abre as portas do século XXI; ele elimina a distinção tradicional entre educação formal inicial e educação permanente. Além disso, converge em direção a outro conceito, proposto com frequência: o da “sociedade educativa” na qual tudo pode ser uma oportunidade para aprender e desenvolver os talentos. (...) Ela deve abrir as possibilidades da educação a todos, com vários objetivos: oferecer uma segunda ou terceira oportunidade; dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo; ou, ainda, aprimorar e ampliar as formações estritamente associadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas. (DELORS et al, 2010, p. 32.)

Tendo a educação como um valor para toda a vida, o “Relatório Delors” baseia a mesma em quatro pilares, que vão ser os alicerces nos quais o PCNEM

desenvolve as suas diretrizes, são eles: “o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser”.

O “aprender a conhecer” se constitui como um meio pelo qual os indivíduos possam adquirir a capacidade de compreender as complexidades da sociedade na qual estão inseridos, o “Relatório Delors” e o PCNEM enfocam esse pilar da educação como sendo o que permite ao homem e a mulher estimularem o senso crítico e favorecer a educação permanente que, segundo Delors, é o instrumento necessário para que o cidadão possa “beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida”. (DELORS et al, 2010, p. 31).

Já no “aprender a fazer” o PCNEM e o relatório para UNESCO demonstram que é nesse pilar que se desenvolvem as aptidões para a aquisição do conhecimento, sendo o mesmo tratado não somente como enriquecedor no âmbito profissional, mas também no social, aonde se torna possível enfrentar as situações do dia-a-dia.

Para o “aprender a viver” é levada em consideração a necessidade de desenvolver a capacidade de conviver com o outro, sabendo lidar com as diferenças que ocorrem na vida em sociedade e, com isso, evitar conflitos.

Por fim, no “aprender a ser”, tanto o relatório para a UNESCO quanto o PCNEM demonstram que esse pilar é o que dá ao indivíduo a autonomia na elaboração de seus pensamentos críticos e de seus juízos de valor, que serão a base para o desenvolvimento da capacidade de saber lidar com as diferentes circunstâncias da vida.

Tais premissas para o desenvolvimento da educação são dispostas pela UNESCO com o intuito de formar homens e mulheres que estejam dispostos a conceber a educação como um valor primordial para a vida toda. Os quatro pilares aparecem então interligados de forma intrínseca, cada um sendo o princípio básico para que o próximo se desenvolva e para que gere assim indivíduos capazes de exercer a sua cidadania.

Sendo assim, a UNESCO, antes mesmo do início do século XXI, já tinha em mãos propostas de reformas no plano educacional, reformas estas que foram adotadas no início desse século pelo Brasil.

Pascal Bernadin e a análise das reformas educacionais empreendidas pela UNESCO

Acreditamos ser pertinente apresentar uma análise crítica sobre como organizações supranacionais (como a UNESCO) enfocam o tema da educação. É

de conhecimento de grande parte da população que a maioria dessas instituições visam desenvolver projetos com o intuito de promover a “paz através da cooperação e do respeito mútuo entre as nações”, entretanto, apresentar as críticas dirigidas as mesmas também é de grande relevância. Considerando o exposto, tomamos como referência o autor francês Pascal Bernadin.

Ao analisar as atuais reformas empreendidas no ramo educacional, Pascal Bernadin, em seu livro “Maquiavel Pedagogo ou o ministério da reforma psicológica” (2013), analisa como os órgãos de caráter supranacional tais como a UNESCO têm empreendido ao longo das últimas décadas um plano de ordem política e educacional de alcance mundial que ele chama de “Revolução Pedagógica”.

Como o próprio nome do livro já diz, essa “Revolução Pedagógica” ganha corpo e sentido ao inscrever-se no contexto maior da “Reforma Psicológica” empreendida através de experimentos “psicopedagógicos”:

Dentre os traços mais relevantes dessa revolução pedagógica, é preciso destacar os seguintes:

- Testes psicológicos, projetados ou já realizados, em grande escala;
- Informatização mundial das questões do ensino e, particularmente, o censo (ora em curso) de toda a população escolar e universitária, a pretexto de “aperfeiçoamento do ensino”. Participam aí os testes psicológicos. Noventa por cento das crianças americanas já foram fichadas;
- Asfixia ou subordinação do ensino livre;
- Pretensão a anular a influência da família. (BERNADIN, 2013, p. 10.).

Para Bernadin, tais aplicações que aqui mais se assemelham a experimentos, têm espaço privilegiado nos ambientes escolares (rede de ensino básico público e privado) de um modo geral e, especificamente, nos campos do saber que configuram a grande área que chamamos de ciências humanas.

Pascal Bernadin situa a sua análise principalmente na França, país de origem do organizador do “Relatório Delors”, analisado nesse texto e que serve como base para a constituição dos “Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio”. Sendo assim, podemos perceber que é nesse país em particular que grande parte das reformas educacionais são elaboradas em postas em prática.

Ao fazer a sua análise da situação educacional, Bernadin vai demonstrar que essa “Reforma Pedagógica” se dá primeiramente em meio aos professores, (a quem os Parâmetros Curriculares Nacionais são dirigidos):

Essa revolução pedagógica, introduzida discretamente, mediante discretas manobras, sem deixar ver sua arquitetura geral, precisa levar em conta com a resistência dos professores, que jamais permitiriam o aviltamento de seu ofício e de seus alunos. Desse modo, aplicam-se técnicas de descentralização, oriundas diretamente das técnicas de administração e de gestão de “recursos humanos”. Consegue-se com isso envolver, engajar psicologicamente os professores e, portanto, reduzir a sua oposição. (BERNADIN, 2013, p. 12.).

Ao dar mais importância a abordagens culturais e progressistas, ensinamentos clássicos, como matemática, português, física, química, biologia, etc, são deixados de lado, fazendo com que ocorra o “desmoroamento na qualidade da educação” (2013). Na visão de Bernardin, nesse quadro educacional a família é considerada sem consciência para educar, e os pais devem se submeter a novas abordagens. A mídia acaba exercendo um papel importante nesse movimento, pois, na grande maioria das vezes ela é a grande caixa de ressonância desses projetos de “engenharia educacional” tão divulgados e considerados com “progressistas”, avançados, sobretudo por força dos maiores meios de comunicação. Então, o que tem ocorrido é que o corpo de projetos de padronização e transformação educacional em larga escala no mundo inteiro ganha mais velocidade e alcance na medida em que a mídia, sobretudo a ocidental, apresenta tais projetos como passos decisivos que a humanidade dá em direção ao seu aperfeiçoamento, quando, na verdade, o que acontece é geralmente o contrário, principalmente quando consideramos com mais vagar o modo como tais planejadores enfocam a instituição familiar e observamos suas estratégias ou, simplesmente, planos de ação, para mudar não apenas o conceito de educação, mas também, o próprio conceito de família. Vejamos:

Portanto, a manobra destinada a modificar os valores articula-se assim: inicialmente, impedir a transmissão, especialmente por meio da família, dos valores tradicionais; face ao caos ético e social daí resultantes, torna-se imperativo o retorno a uma educação ética – controlada pelos Estados e pelas organizações internacionais, e não mais pela família. Pode-se, então, induzir e controlar a modificação dos valores. Esquema revolucionário clássico: tese, antítese e síntese, que explica a razão por que, chegada a hora, os revolucionários se fazem os defensores da ordem moral. E por que, nolens, volens, os partidários de uma ordem moral institucionalizada se encontram frequentemente lado a lado com os revolucionários. (BERNARDIN, p. 65-66, 2013).

Através da demonstração de documentos dessas organizações de cunho mundial, Pascal Bernardin demonstra como determinadas reformas que comumente são vistas como úteis e até mesmo necessárias no quadro educacional são, na verdade meros instrumentos de uma “mudança social” que visa “desconstruir valores”.

Considerações finais

A educação é vista, atualmente, como um instrumento poderoso. Ao aceitar tal afirmação podemos perceber que por intermédio da análise de Pascal Bernardin sobre as reformas educacionais, a mesma pode ser utilizada como um meio de atingir um fim maior, o qual, do ponto de vista do autor, é uma mudança radical dos valores tais como os conhecemos atualmente. Já na concepção de Jacques Delors, organizador da obra que serve de referência para o desenvolvimento dos “Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio”, é possível perceber que a educação é sim um instrumento de mudança, porém para ele, essas mudanças vêm

sempre para o bem e é somente através delas que a “paz e o respeito serão capazes de se desenvolver”. Não cabe a nós aqui apontar qual é o certo, nosso intuito ao desenvolver esse artigo foi demonstrar como reformas educacionais brasileiras tem amparo em documentos de organizações internacionais e como essas instituições (e essas reformas) são vistas por um autor que se contrapõe a todas essas ideias. Através dessa análise comparativa, acreditamos ser possível incentivar ainda mais o diálogo acerca de um tema que vem se tornando cada dia mais importante na vida dos brasileiros: a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNADIN, Pascal. *Maquiavel Pedagogo: Ou o Mistério da Reforma Psicológica*. Campinas, São Paulo: Ecclesiae e Vide Editorial, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Conteúdos e Métodos de Ensino de História: breve abordagem histórica. In: *Ensino de História: fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/SENTEC, 2000.

DELORS, J. et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, UNESCO, MEC, 2010.